

UM OLHAR SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS TRANSGÊNEROS

Jennifer Julya Nogueira C. da Silva¹, Lidiane Cristina P. de Oliveira², Flávio Alves da Silva³,
Wilma Magaldi Henriques⁴

1. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: cjulya@hotmail.com
2. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: lidiane.cris1991@gmail.com
3. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: flaviosilva@umc.br
4. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: wilmah@umc.br

Área de Conhecimento: Psicologia

Palavras-Chave: Transgênero; Políticas Públicas, Processos Psicossociais

INTRODUÇÃO

Pessoas denominadas não-cisgênero ou transgênero são aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascerem (JESUS, 2012). A pouca visibilidade e os tabus que recaem sobre o tema, geram como consequências o descaso, a marginalização e a invisibilização dessas pessoas, não havendo políticas públicas que atendem as necessidades deste segmento, sendo-lhes negado auxílio psicológico, médico e social, serviços públicos específicos, ou seja, para esta parcela da população há um conjunto de negação de direitos, por exemplo, somente em 1º de março 2018 é que pessoas trans passaram a poder usar o nome social em seus documentos sem a exigência da cirurgia de redesignação sexual ou de uma ordem judicial. Recentemente, em 13 de junho de 2018, a transexualidade foi retirada da categoria “Distúrbios Mentais” do DSM, após uma revisão do Código Internacional de Doenças (CID), a Organização Mundial de Saúde (OMS) - depois de quase 30 anos, colocando-a na categoria de “Condição Relativa à Saúde Sexual”, embora não seja considerada uma doença, a OMS diz que a permanência no CID é necessária para que as pessoas transgênero tenham acesso aos serviços de saúde. (TRANSEXUALIDADE, 2018). Assim, este estudo partiu da hipótese de que as pessoas transgêneros em suas trajetórias de vida vivenciam situações marcadas pelo preconceito, discriminação, violência (física e psicológica), sendo os espaços tradicionais de socialização (família, escola, trabalho) organizados para invisibilizá-las e/ou alijá-las do espaço público. Convivem com a falta de suporte por parte do Estado, os estigmas, baixa escolaridade, exclusão social, situações que fazem com que suas identidades e individualidades sejam negadas, impedindo-as de exercerem sua liberdade garantida constitucionalmente, e conseqüentemente ficando a margem da sociedade, sem que seus direitos fundamentais sejam garantidos.

OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo principal identificar e descrever, a partir das trajetórias de vida, como se dá o processo de exclusão social pelo qual passam pessoas transgêneros; e como objetivos específicos: a) identificar como se dá o acesso de pessoas transgênero às políticas de saúde, educação, trabalho, assistência e seguridade social, bem como outros direitos previstos em lei; e b) identificar e analisar processos psicossociais vivenciados por pessoas transgênero.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, onde

foi utilizada a metodologia da História Oral de Vida, conforme o proposto por Meihy (1991). A pesquisa foi executada com entrevistas abertas com pessoas transgênero, a partir da seguinte questão disparadora: “Pode nos contar como foi sua experiência sendo uma pessoa transgênero?” Foram participantes desta pesquisa 06 pessoas. Foram tomados como critérios de inclusão: auto identificar-se com a população trans, ter em seu processo de construção de identidade como trans vivenciado experiências de exclusão e estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como critério de não inclusão: Pessoas que apresentaram sensação de desconforto durante a entrevista que demandasse atendimento individual externo (fora do contexto da entrevista) e/ou que impossibilitasse o retorno. As gravações, após transcritas, foram guardadas pelas pesquisadoras nos termos da legislação vigente e da Resolução CNS 466/12.

RESULTADOS/ DISCUSSÃO

Os depoentes narraram diversas situações em que foram alvo de preconceitos e discriminações por causa da sua identidade de gênero – vezes antes mesmo da transição -, sendo de forma disfarçada ou não, como por exemplo, piadas, xingamentos e agressões. Segundo Myers (2014, p. 247) o preconceito é definido como “o julgamento negativo preconcebido de um grupo e seus membros individuais”, que baseado em estereótipos e justificado por crenças individuais vêm acompanhado de um comportamento discriminatório negativo (BRÊTAS; MORAES, 2020). No âmbito familiar, são expulsos de casa, não aceitos, excluídos de reuniões de família: “[...] não me chamavam pra lugares muito públicos ou lugares que eles julgavam sofisticados [...] então era mais fácil excluir eu do que excluir essas pessoas (preconceituosas).” (P3); na escola, um espaço que deveria ser seguro e valorizar a diversidade, eram alvo de chacotas e violência: “[...] as pessoas começaram a ver [...] que eu era diferente. E dali começou vim o xingamento, eu virei a chacota da escola né, e com isso, o que eu decidi: ‘não vou estudar mais.’” (P4). O preconceito associado ao bullying, contribui para a evasão escolar o que acaba por prejudicar e muitas vezes interromper o processo de aprendizagem dessas pessoas, como é citado por P5 “Agressões, tanto verbais como físicas, passei muito por isso também, inclusive até fui chamado de lixo muitas vezes. [...] quando eu cheguei no meu segundo e terceiro colegial, ficou insuportável. Então foi um período que eu desisti de ir à escola [...]” (P5). Como consequência dessas experiências, essas pessoas tiveram sua saúde física e mental afetada, “[...]nesse período de tempo comecei a me envolver com drogas né, devido depressão, tentativa de suicídio [...] Porque as drogas era uma autodestruição que eu tinha,[...] seria uma forma de acabar com toda a dor devido a própria depressão.” (P5), e algumas delas duram a vida toda, como no caso de P6 “[...]Jeu tenho síndrome do pânico, tenho depressão, tomo um caminhão de remédio [...]”. A busca por emprego também é marcada por obstáculos, como o preconceito, a falta de oportunidade e a falta de qualificação, no entanto é necessário salientar que mesmo pessoas qualificadas não conseguem trabalho por serem Trans, “[...] (na) entrevista de emprego ‘ah, não posso porque você é trans’ [...] ouvi isso várias vezes, ‘não contratamos pessoas assim’, como se eu fosse um ser de outro planeta.” (P3) e “[...] sofri transfobia, fui demitido provavelmente por causa disso também, [...] não respeitavam meu pronome, foi uma situação bem desumana” (P2). Segundo Moura e Lopes (2017) uma das dificuldades encontradas por essas pessoas é a de terem sua identificação social respeitada, e ainda pelo mercado de trabalho ser segregado por gêneros, o que faz com que elas fiquem entre o feminino e o masculino, num novo tipo de segregação, a da transgeneridade. A autoaceitação foi outro ponto apresentado pelos depoentes, como as dificuldades relatadas pelos depoentes “[...] desde pequeno eu vi que tinha algo de errado comigo, tanto é que eu tinha preconceito comigo mesmo, que eu via que eu era diferente e não queria ser diferente... então eu tive preconceito comigo mesmo.” (P1) e “[...] tive receio de falar em voz alta que eu era uma pessoa trans, e eu usava um apelido para o meu nome morto [...] as minhas dificuldades foram mais internas do tipo insegurança de conseguir verbalizar sobre isso.” (P2). A partir disso, evidencia-se a importância de um ambiente onde as pessoas possam expressar sua identidade de gênero e identificar-se com

o outro, Silva e Cerqueira-Santos (2014, p. 38) apontam que “é na relação com o outros indivíduos como familiares, amigos íntimos ou relacionamentos mais formais como os da profissão, que também se constrói a identidade”, como por exemplo: *“Eu nunca sofri nenhum tipo de preconceito, graças a Deus, sempre tive o apoio de amigos, de família, de pessoas estranhas” (P1)*. A autoaceitação passar, necessariamente, por viver em um ambiente em que as pessoas se sintam aceitas, seguras e acolhidas, ou seja, criar condições para que as pessoas se aceitem como são é responsabilidade de toda a sociedade, porém, quando se trata de pessoas trans, a sociedade as coloca como as únicas responsáveis por seu processo de aceitação, porém, colocar a pessoa trans como única responsável por sua aceitação e seu pertencimento à sociedade é de certo modo injusto, pois a sociedade já a exclui pelo simples fato de ser diferente, como se ser diferente fosse ruim - e como se todos nós não fossemos diferentes uns dos outros - e muitas vezes isso faz com que ela se isole, se anule, a deixando completamente sozinha desde a infância como mencionado por Cardoso (2020) até a idade adulta, como é explicitado por P3 e por P4, respectivamente: *“[...] realmente é muito solitário, a gente tem muita gente a nossa volta, mas não tem ninguém [...] é muito difícil a gente passar e explicar para as pessoas que não são trans o que é ser uma pessoa trans, só isso já torna tudo muito solitário, e aí no restante da nossa vida em tudo a gente também passa por tudo muito sozinho” (P3)* e *“Ah, uma vida vivendo num corpo trans... É sofrimento, é descoberta, é solidão, abandono, é uma construção solitária”.* (P4) O apoio psicossocial é de suma importância para a autonomia e identificação dessa população. Orientada pelo Código de Ética da profissão, é dever da Psicologia atuar na promoção da saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). A inaptidão das instituições e dos profissionais – sejam eles da área da saúde ou não – é outro fator destacado pelos depoentes, *“Os médicos me convenciam que eu tinha uma doença, por desconhecer esse termo da identidade de gênero. Inclusive, um dos meus diagnósticos chegou a ser até esquizofrenia.” (P5)*. Apesar de alguns avanços, essas pessoas ainda continuam marginalizadas e estigmatizadas devido ao retrocesso atual relacionado as pautas LGBTQIA+. Ao mesmo tempo que são criadas leis voltadas a inclusão dessas pessoas na sociedade, elas também tornam-se um meio de exclusão, devido a toda dificuldade e barreiras colocadas entre elas e seus direitos, como apontado por Sawaia (2001, p. 08) em seu estudo sobre a dialética exclusão/inclusão, *“A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório de inclusão.”*, esse mecanismo reforça a desigualdade social, já que está voltado a interesses hegemônicos e não universais.

CONCLUSÕES

Foi possível identificar neste que as trajetórias de vida de pessoas Trans são permeadas por diferentes tipos de violência concomitantemente ao cerceamento de sua identidade e livre expressão de gênero e sexualidade, a negação de poder exercer sua cidadania e viver com dignidade em qualquer âmbito da vida. Em relação a atuação das(os) Psicólogas(os), não cabe apenas seguir o que diz o Código de Ética da profissão, mas sim um trabalho para além do *setting* terapêutico, sendo este profissional um agente crítico-político e de mudanças, com responsabilidade social pela garantia dos Direitos Humanos, na luta pela despatologização da transgeneridade. Os objetivos deste estudo foram atingidos, o que comprova a necessidade de investimentos do Poder Público em Políticas Públicas voltadas a esse público, como o preparo e educação continuada de professores e agentes escolares, a capacitação de profissionais de saúde e do setor público, para que estejam preparados para atender às suas especificidades, de forma humanizada, buscando a garantia de direitos básicos e respeito. Para além dos objetivos, é importante salientar a coragem, determinação e a força destas pessoas ao *“TRANSgredirem o CISTema”*, ao se permitirem *“TRANSicionar”* e reivindicarem seus verdadeiros *“EUs”* apesar de todos os percalços e barreiras encontradas pelo caminho. E por essas pessoas e pelas que ainda estão

percorrendo este caminho é que se faz necessária a continuação de pesquisas relacionadas a este tema, que ainda é muito escassa no Brasil, como na geração de debates e discussões que incluam também pessoas Trans e toda a população LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, J. R. S.; MORAES, S. P. **Preconceito E Bullying No Ambiente Escolar**. Revista Educação (Guarulhos), v. 15, p. 147-157, 2020. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4015/3070>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

JESUS, J. G. Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. 2ª edição. Brasília, dez. 2012, 42p. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO__CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649. Acesso em: 08 maio 2019.

MEIHY, J. C. S. B. **Canto de morte Kaiowá, história oral de vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MOURA, R. G.; LOPES, P. L. **Comportamento Organizacional Frente à Diversidade: A Inclusão de Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho**. In: XIV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2017. [S. l.]. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/1182593.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: SAWAIA, Bader. (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 07-13.

SILVA, B. B., CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e Suporte Social na Identidade Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v15n2/v15n2a04.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

TRANSEXUALIDADE sai da categoria de transtornos mentais da OMS. **O Globo**, São Paulo, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/transexualidade-sai-da-categoria-de-transtornos-mentais-da-oms-22795866>. Acesso em: 08 maio 2019.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Flávio pela orientação, motivação e companheirismo. A Professora Wilma por nos ensinar a não ter medo de escrever. Aos colegas do Grupo de Pesquisa pela contribuição. Aos familiares e amigos pelo apoio, incentivo e compreensão. Aos entrevistados por partilharem conosco e nos permitirem compartilhar suas trajetórias de vida.